



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**

02  
UP

Of. nº 10/2023/GPBCN

Bom Despacho, 09 de janeiro de 2023

À Sua Excelência a Senhora  
Sâmara Mara Aparecida e Silva  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro  
35630-034 – Bom Despacho-MG

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei que dispõe sobre a atualização do piso mínimo para ajuizamento de execuções fiscais pelo Município de Bom Despacho, e dá outras providências.

Senhora Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a atualização do piso mínimo para ajuizamento de execuções fiscais pelo Município de Bom Despacho, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de buscar um modelo adequado de gestão que conduza à necessária eficiência na constituição do crédito, na arrecadação fiscal, e na indispensável prestação jurisdicional adequada e em tempo oportuno;

CONSIDERANDO que o crescente volume de cobranças judiciais de dívidas ativas não corresponde ao aumento no ingresso de receitas fiscais, em razão dos entraves encontrados, principalmente, a deficiência na localização do devedor e de bens penhoráveis suficientes para responder pela dívida;

CONSIDERANDO que o ajuizamento de cobranças e execuções fiscais sem maior critério ou somente para evitar a prescrição tem congestionado as unidades judiciárias com milhares de execuções fiscais economicamente inexpressivas ou inviáveis, cujas despesas de processamento são superiores aos próprios créditos perseguidos;

CONSIDERANDO a correlação existente entre receita orçamentária, população e estoque da dívida ativa para fins de estabelecimento de limites mínimos que justifiquem o processamento de uma execução fiscal eficaz e economicamente viável.

Faz-se necessária a fixação de valor mínimo para ajuizamento de execução fiscal, objetivando a cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública do Município de Bom Despacho, bem como regulamentação das matérias envolvidas.

Para tanto, encaminhamos o presente Projeto de Lei o qual atualiza o piso mínimo para ajuizamento de execuções fiscais pelo Município de Bom Despacho, visando a efetividade das judicializações pelo município.







**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**

02  
UM

**Projeto de Lei nº 02/2023.**

Atualiza o piso mínimo para ajuizamento de execuções fiscais pelo Município de Bom Despacho, e dá outras providências.

**O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG**, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV do art. 87, encaminha o presente Projeto de Lei para posterior tramitação legal nessa Egrégia Casa.

**Art. 1º** A presente Lei fixa o valor mínimo para o ajuizamento de ações ou execuções fiscais de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, abrangendo todo e qualquer débito tributário e não tributário devido à Municipalidade, suas Autarquias e Fundações.

**Art. 2º** Fica estabelecido o piso mínimo, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para ajuizamento das execuções fiscais no Município de Bom Despacho, como valor mínimo da causa que visa à cobrança judicial de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal.

**Art. 3º** Na execução do crédito fiscal, de natureza tributária e não tributária, deve-se:

**I** – proceder anualmente à distribuição de ações de execução fiscal;

**II** – juntar em um único processo todas as dívidas do mesmo contribuinte, inclusive as de parcelamentos não cumpridos e autos de infração ou lançamento de tributo, executando-as dentro do prazo prescricional da dívida mais antiga, de modo a reduzir o número de processos referentes a dívidas de tributos lançados em massa;

**III** – protestar, sempre que possível, o crédito inscrito em dívida ativa antes de promover o ajuizamento da ação de execução fiscal, já que esta atividade é menos onerosa aos cofres públicos, mais célere e bastante eficaz;

**IV** – nas dívidas de natureza tributária, apenas ajuizar as execuções fiscais de valor igual ou superior ao estabelecido no art. 1º desta Lei, aplicada a correção monetária para atualização do valor em cada exercício; e

**V** - Para alcançar o valor mínimo determinado no caput, o órgão responsável pela constituição do crédito poderá proceder à reunião de todos os débitos do devedor, com atualização do respectivo débito originário, somado aos encargos e acréscimos legais até a data da apuração, exceto os débitos prescritos.

**Art. 4º** O município adotará meios extrajudiciais para os créditos inscritos em Dívida Ativa que não atingirem o piso mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, estabelecido no artigo 1º desta Lei, sendo obrigatório o acompanhamento pela Secretaria Municipal de Fazenda, através do setor de dívida ativa, com encaminhamento das Certidões de Dívida Ativa, para protesto.

**Art. 5º** Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Município, os autos das execuções fiscais de débito inscritos como Dívida Ativa da Fazenda Municipal de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 3.000,00 (três mil reais), que não possuam bens penhorados ou não tenha possuído êxito em alguns tipo de constrição.





**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**

05  
UP

**§ 1º** Os autos de execução a que se refere este artigo serão desarquivados quando em razão de novos valores devidos pelo mesmo contribuinte os valores dos débitos venham a ultrapassar os limites indicados.

**§ 2º** No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28, da Lei nº 6.830/80, para fins de que trata o limite indicado no caput deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.

**Art. 6º** A adoção das medidas previstas nesta Lei não afasta a incidência de atualização monetária, multa e juros de mora, nem elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Municipal, quando previstas em Lei.

**Art. 7º** Os valores de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, inferiores a R\$ 3.000,00 (três mil reais), ainda não objeto do ajuizamento de Execução Fiscal, serão cobrados administrativamente pelo Poder Público Municipal, via inscrição em dívida ativa e protesto junto ao Cartório competente, pela Secretaria Municipal de Fazenda, através do setor competente de Dívida Ativa.

**Art. 8º** O Chefe do Poder Executivo Municipal, se necessário, expedirá instruções complementares ao disposto nesta Lei, inclusive quanto à implementação de programas administrativos específicos para a cobrança dos débitos não sujeitos ao ajuizamento das execuções fiscais.

**Art. 9º** O valor descrito no art. 2º será atualizado no dia 1º de janeiro de cada exercício, nos moldes do art. 270-A do Código Tributário Municipal (Lei nº 1.950/03), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada nos últimos doze meses imediatamente anteriores ao da atualização.

**Parágrafo único.** Caso o INPC seja extinto, ou não possa mais ser aplicado, será automaticamente adotado outro índice oficial que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

**Art. 10** Deverão permanecer ativos todos os demais meios de cobrança administrativa visando a recuperação dos créditos tributários ou não tributários, inclusive mediante mediação.

**Art. 11.** Deverá ser adotada nos moldes do CNJ a semana de conciliação dos débitos tributários municipais, em ação conjunta da Procuradoria Jurídica Municipal e da Secretaria Municipal de Fazenda.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.697 de 06 de janeiro 2.023.

Bom Despacho, 09 de janeiro de 2023, 111º ano de emancipação do Município.

BERTOLINO DA  
COSTA NETO:  
50700553649  
Bertolino da Costa Neto  
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA  
NETO: 50700553649  
DN: cn=B, ou=CP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora  
Reiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI  
Municipio, ou=32143163000110, ou=Certificado PF  
A3, cn=BERTOLINO DA COSTA NETO: 50700553649  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localizador: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.01.09 10:34:05-03'00'  
Full PDF Reader Versão: 11.2.1